

Educação Popular

Escola, Sala de Aula e Planejamento Participativo

Hedi Maria Luft¹
Diovanela Liara Schmitt²

RESUMO

O estudo trata da gestão escolar da sala de aula e do planejamento participativo. Tem como objetivo analisar como os processos de participação da comunidade escolar interferem na constituição do currículo, da autonomia dos sujeitos e na construção da democracia em espaços populares. A busca dos dados foi realizada a partir de observações sistemáticas em três escolas públicas estaduais de ensino, onde a referência das ações educativas é pautada na participação de todos instituindo práticas de educação popular num contexto popular. Constatou-se que, quanto mais espaços de planejamento participativo tanto mais se efetiva a construção da democracia na escola e na sala de aula. Entende-se a escola como espaço da diversidade, a sala de aula como um lugar privilegiado para aprender o exercício da cidadania, mediante a convivência respeitosa, do ambiente apropriado para a construção de currículos que atendam às perspectivas da educação popular. Para tal, é fundamental o reconhecimento dos saberes advindos da comunidade e, torna-se imperativo que todos se sintam desafiados a compreender a proeminência do comprometimento de cada um, no processo constitutivo da vida escolar.

Palavras-chave: Gestão. Sala de aula. Currículo. Educação popular.

POPULAR EDUCATION: School, Classroom and Participatory Planning

ABSTRACT

The study deals with classroom management and participatory planning. It aims to analyze how the processes of participation of the school community interfere in the constitution of the curriculum, the autonomy of the subjects and in the construction of democracy in

¹ Doutora em Educação pela Unisinos. Professora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí – Departamento Humanidades e Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências. hedim@terra.com.br

² Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Unijuí – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professora da rede municipal de Santa Rosa e da rede estadual de ensino do RS. diovanela@hotmail.com

popular spaces. The data search was carried out from systematic observations in three public state schools of education, where the reference of educational actions is based on the participation of all instituting popular education practices in a popular context. It was found that the more participative planning spaces the more effective the construction of democracy in the school and in the classroom. It is understood the school as a space of diversity, the classroom as a privileged place to learn the exercise of citizenship, through respectful coexistence, the appropriate environment for the construction of curricula that meet the perspectives of popular education. To this end, it is fundamental to recognize the knowledge that comes from the community, and it becomes imperative that everyone feels challenged to understand, the prominence of each one's commitment, in the constitutive process of school life.

Keywords: Management. Classroom. Curriculum. Popular Education.

O trabalho de gestão escolar e de sala de aula é marcado por implicações de muitas dimensões, pois incide em estar e lidar com pessoas. Cada sujeito tem suas vivências, experiências, histórias que, na perspectiva da educação popular, devem ser levadas em consideração. É um processo desafiador, porém quando assumido com responsabilidade e participação favorece a construção da autonomia dos sujeitos e, conseqüentemente, de sociedades mais democráticas. As práticas de educação popular são estratégias que favorecem a democratização, pois oportunizam a formação da solidariedade e do respeito aos saberes culturais da população.

A principal característica da educação popular é utilizar o saber da comunidade como matéria-prima para o ensino, é aprender a partir do conhecimento do sujeito e ensinar a partir de palavras e temas gerados pelo próprio cotidiano daqueles que estão vivenciando o processo. É mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido do que um projeto de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares (FREIRE apud BRASÃO, 2012, p. 109).

As práticas democráticas e participativas viabilizam engendrar procedimentos pessoais, sociais e escolares com mais autonomia e, segundo Streck, Redin e Zitkoski (2010), a autonomia caracteriza-se pela confiança que o sujeito possui no seu histórico particular, é o desenvolvimento do sujeito histórico, de democracia e liberdade que favorece a construção da autenticidade. Assim, a gestão participativa, parte do princípio de que todos devem ter espaço para exercer seus papéis de cidadãos, envolvendo-se ativamente nas decisões relacionados à escola, uma vez que, esta faz parte da vida de cada sujeito. Segundo Lück (2000a, p. 21),

autonomia no contexto da educação, consiste na aplicação do espaço de decisão, voltada para o fortalecimento da escola como organização social comprometida reciprocamente com a sociedade, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de ensino. Autonomia é característica de um processo de gestão participativa.

Deste modo, a autonomia tem relevância tanto na sociedade que caminha para a construção da democracia quanto para a escola que aposta na participação como forma de reflexão sobre as práticas curriculares que vai constituindo por meio do projeto político-pedagógico. Nesse sentido é importante que o projeto preveja conhecimentos e atividades que propiciem aprendizagens significativas favorecendo a constituição da escola de qualidade social, conforme prevê Art. 9º da Resolução nº 4/2010³ “a escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem” (BRASIL, 2010, p. 3), o que pressupõe atendimento a requisitos, entre os quais destacamos o inciso II que determina como princípio “a consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade” (2010, p. 3).

O projeto ao ser entendido como um processo de construção do grupo, para o grupo e com o grupo constitui a identidade dos que nele se envolvem e, segundo Vasconcellos (1995, p. 51), “mais importante do que ter um texto bem elaborado, é construirmos um envolvimento e o crescimento das pessoas.” Nesse sentido, envolver cada segmento, buscar a tomada de decisão coletiva, em que cada um possa contribuir, se expressar e se posicionar, para que seja respeitada sua autonomia no coletivo, é uma alternativa de construção da cidadania.

A cidadania é aqui entendida como a possibilidade de ter os direitos respeitados e, no contexto da educação popular, considerar os sujeitos é possibilitar voz e vez a todos. Assim, a partir de percepções individuais constroem-se identidades de grupo, um grupo que pensa, planeja e se efetiva. A equipe que compõe a gestão escolar ao corresponsabilizar-se com os sujeitos da escola, permite que cada um experimente a sua atuação, pois conforme Lück (2011, p. 66) “a participação dá às pessoas a oportunidade de controlarem seu próprio trabalho, e, desta forma, desenvolver maior consciência de responsabilidade por ele”. Dessa forma, cada sujeito compreende sua importância e a necessidade de empenhar-se, considerando que a sua atuação, repercute e faz diferença no contexto coletivo.

³ Resolução de 13 de julho de 2010 – define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

A participação contribui para construção de uma identidade pedagógica da escola, pois a adequação do projeto às características específicas da população a que se destina é um processo que requer momentos de diálogo aliados ao compromisso de trabalhar juntos construindo espaços para educação popular, pois segundo Brandão (2002, p. 142):

A Educação Popular foi e prossegue sendo a seqüência de idéias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são restabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco de sua vocação um compromisso de ida-e-volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos não como beneficiários tardios de um “serviço”, mas como protagonistas emergentes de um “processo”.

Quando se planeja de modo coletivo cada um expõe suas ideias e se reconhece como integrante do grupo, há mais possibilidades de efetivação do projeto, pois há sentido no que se faz. Deste modo, o planejamento coletivo, segundo Luft e Cunegatti (2013, p. 57) “constitui-se numa estratégia de trabalho que se caracteriza pela integração de todos os setores da atividade humana social num processo global para solução de problemas comuns.” Isto implica também, numa gestão democrática que viabilize estes momentos de planejamento participativo, atribuindo à escola o seu sentido popular, democrático.

As práticas de participação que tornam possível os alunos e alunas tomar parte ativa e significativa da vida da escolar, quer dizer, nas questões relativas ao trabalho escolar, à convivência e à integração. [...] Participar é envolvê-los na vida escolar mediante a palavra e ação cooperativa. Participar na escola é dialogar e levar a cabo os projetos coletivos (PUIG, 2000, p. 31).

Dessa forma, é possível considerar que a participação na escola oportuniza a formação de sujeitos que entendem e fazem uso de sua cidadania, entendendo-se como sujeitos de direitos e também responsáveis pela sociedade. No contexto da educação escolar em que são valorizados e reconhecidos os saberes prévios e as realidades culturais está implicada a prática do diálogo. O diálogo é entendido por Freire (1987) como exigência existencial, encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos. O diálogo possibilita uma melhor

leitura da realidade e neste aspecto é muito importante que a equipe gestora organize e articule espaços educativos para que aconteça a participação. Além da equipe, é fundamental que professores exerçam seus papéis, assumindo-se protagonistas na qualificação da sala de aula como ambiente privilegiado para a construção da criticidade, da participação e da democracia.

O espaço escolar é o lugar propício para o sujeito “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos” (FREIRE, 2001, p. 46). O professor, engajado nessa perspectiva, faz do ato educativo uma ação transformadora que mobiliza os alunos, os pais e a comunidade escolar a se comprometerem, se constituírem como sujeitos atuantes e influentes na escola. Freire (2001) destaca que o sujeito ao exercitar sua liberdade fica tão mais livre quanto mais eticamente vai assumindo a responsabilidade de suas ações e do meio em que está inserido. Daí a importância de corresponsabilizar a todos, num processo de gestão que principia na equipe diretiva, que mobiliza, coordena, mas que envolve, interage e motiva os professores, os quais desafiam os alunos que corresponsabilizam seus pais, ininterruptamente, numa relação dialógica. Ainda, segundo Freire (1987), mesmo que a relação dialógica não tenha o poder de criar uma igualdade, o professor não pode permitir que a diferença necessária, seja antagônica. Se professor e aluno se tornam antagonistas é porque se instalou um processo autoritário.

Importa destacar que viabilizar a participação exige oportunizar espaços. Entende-se que uma das alternativas seja o planejamento participativo, pois favorece pensar, organizar, sistematizar ideias para encaminhar as práticas de maneira coletiva e democrática, fortalecendo as relações e os ideais da escola, por isso, na sequência trata-se de compreender o que é o planejamento pautado na participação.

Planejamento Participativo, a Escola Democrática e a Educação Popular

A escola contempla uma infinidade de particularidades, lida com inúmeras singularidades, ou seja, é marcada pela diversidade e, ao mesmo tempo, pela unicidade, pois todos têm nela uma expectativa. Assim, o planejamento

adentra como um pensar a escola no todo, sem desmerecer singularidades. Planejar significa tomar decisões, fazer escolhas. O que privilegiar e por quê? Essas questões fundamentam as práticas que são realizadas no espaço escolar.

O planejamento participativo parte do pressuposto de que as ações são pensadas num coletivo, por diferentes pessoas com diversas ideias, opiniões e posicionamentos. É desafiador, pois implica a tomada de decisão a partir de um contingente amplo de ideias. De acordo com Puig (2000, p. 33), no entanto, “uma escola democrática define-se pela participação do alunado e do professorado no trabalho, na convivência e nas atividades de integração.” Nas observações realizadas em três escolas públicas constatou-se que há uma participação significativa de todos, porém em todas elas esse processo foi sendo construído e advém de anos de mobilização intensa, sendo incorporado gradativamente, até cada um perceber seu papel, os impactos da participação e de como isto de fato interfere nas ações e planos dos procedimentos coletivos. Foi um processo de amadurecimento, aceitação, a fim de efetivar a participação. Lück (2013, p. 29) afirma que

a participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade, de sua cultura, de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir, e agir, sobre questões que lhes são afetas.

Assim, uma escola democrática entende a participação como um envolvimento baseado no exercício da palavra e no compromisso para com a ação coletiva. Ao planejar de forma coletiva o grupo sente-se responsável por realizar as atividades a que se propõe e coloca sentido naquilo que realiza. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p.470), “o planejamento do trabalho possibilita uma previsão de tudo o que se fará em relação aos vários aspectos da organização escolar e prioriza atividades que necessitam de maior atenção.” Dessa maneira, o planejamento coletivo é uma estratégia de trabalho, que se caracteriza pela integração de todos os setores num processo de solução de problemas comuns e realização das ações pensadas coletivamente.

Importa destacar que a participação é uma das formas que mais favorece a construção da democracia, e mais, oportuniza a formação de sujeitos de direitos, responsáveis pela constituição da sociedade. Assim, as mudanças são possíveis, pois estas acontecem à medida que cada um se assume e age de acordo com o que é estabelecido no grupo. O planejamento coletivo repercute em todos os aspectos da vida escolar, e de acordo com Oliveira (2005, p. 32), rediscutir as relações entre os diversos grupos sociais presentes nas escolas, com a participação autônoma de todos, é uma necessidade democrática, pois, assim, democratizam-se os meios de decisão política, não só da esfera do Estado, como no conjunto da vida social cotidiana. A gestão perpassa a abrangência escolar, quer dizer, envolve a sociedade nas mudanças que se pretende. Desse modo, quanto mais e maiores as possibilidades de participação, tanto mais e melhores os resultados, que além dos reflexos no exercício da cidadania, na sociedade, a gestão participativa, o planejamento coletivo refletem-se nas atitudes do professor e na gestão que este faz na sala de aula.

A sala de aula é entendida como um espaço adequado para a construção de conhecimentos, atribuições de sentidos. Lugar no qual se pode criar e recriar, discutir e pensar o exercício da cidadania, refletir sobre os direitos e assumir os deveres. É o ambiente da relação entre o professor e o aluno, em que ambos podem trocar ideias e aprender juntos. Assim, é salutar o professor assumir-se como gestor da sala de aula e constituir-se democraticamente. Em relação a esse papel Freire (2001) afirma que a prática coerente, competente, que um professor testemunha, gera esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças.

Dessa forma, ações da gestão direta ou indiretamente repercutem no ambiente escolar, na sala de aula, na comunidade, na efetivação dos planos, ou seja, na elaboração, execução e avaliação das atividades. Daí a importância do processo coletivo, pois cada um é único, o que faz o espaço diverso e desafiador, no sentido de consolidar a convivência, num diálogo permanente entre os saberes e entre as pessoas. Este desafio no contexto popular, faz com que cada sujeito tenha garantido seu espaço e este é realmente construído coletivamente, possibilitando a formação cidadã, com consciência e criticidade.

De acordo com o Marco de Referência da Educação Popular (BRASIL, 2014, p.7), “a educação popular a um só tempo é uma concepção prático/teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais.” Ao apostar nessa possibilidade, a gestão da escola e da sala de aula deve reconhecer que o projeto é um texto sempre provisório e que as determinações individualistas não são mais possíveis, há necessidade de intensos processos de solidariedade, principalmente na elaboração das concepções e na busca de estratégias que contemplem a todos. Isso posto, na sequência destacam-se as possibilidades da participação e constituição da democracia na escola.

As Práticas Educativas Populares: Lições Do Processo Participativo

A participação possibilita aos sujeitos sentirem-se atuantes, parte integrante, que pensa, elabora, faz acontecer. No contexto escolar, há diferentes grupos, sujeitos, cada qual participa de alguma forma do processo educativo. Assim, práticas educativas são marcadas por ações que apontam para a constituição de sujeitos sociais participativos, solidários e/ou para indivíduos competitivos, individualistas, enfim, não há educação neutra. A não neutralidade deve significar para educadores populares uma das possibilidades de engendrar ações educativas pautadas no comprometimento e na formação de sujeitos humanos e humanizadores. Para Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 437), “as escolas são, pois, organizações e nelas sobressai a interação entre as pessoas, para a formação humana”, assim como são influenciadas pelo sistema e organização social, integram e formam as pessoas a partir do currículo que elaboram e efetivam.

A influência de um currículo escolar pautado numa abordagem dos conhecimentos na ótica da educação popular marcado por práticas escolares de liberdade e inclusão favorece uma educação transformadora. Nesse sentido, destacam-se três pontos de referência considerando o contexto das escolas pesquisadas. O primeiro trata da educação escolar no contexto da legislação; o

segundo versa sobre o planejamento desse contexto numa perspectiva dialógica e o terceiro ponto aborda a necessidade de reconhecer os saberes e elementos culturais, presentes num currículo escolar, ou seja, reconhece-se que a vida em sociedade é produção humana e não fruto do acaso.

Sabe-se que a legislação é muito incisiva e além de normatizar e orientar a vida em sociedade e as práticas nela exercidas, também é, muitas vezes, reguladora e até justificativa, argumento para não mudar. No contexto escolar as questões legais são imprescindíveis, pois preveem a organização e o desenvolvimento do ensino, contudo a legislação, muitas vezes, acaba sendo a estratégia usada para justificar a falta de inovação de práticas escolares. Sabe-se, no entanto, que na Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96 - há mais possibilidades do que impedimentos, ou seja, desde que haja propostas coerentes são possíveis mudanças significativas no contexto escolar. Há espaço para criação e elaboração de currículos baseados na realidade da escola e dos envolvidos com a formação escolar. Aliás, a Lei 9.394/96, em seu artigo 12, estabelece como responsabilidade da escola elaborar, executar e avaliar seu projeto pedagógico. Assim, as mudanças são previstas legalmente, ou seja, não há como não inovar e propor processos de formação e participação que se deseja realizar.

As questões legais primam por uma base, alguns aspectos comuns para normatizar a educação que se constrói na escola. Vale destacar que em qualquer circunstância é previsto que este padrão não seja engessado ou padronizado, pelo contrário, as leis incentivam ações inovadoras e projetos de escolas que atendam às peculiaridades locais. As escolas têm a possibilidade de fazer adequações, mudanças, aprimorando normas e orientações gerais previstas na legislação. Estas mudanças são passíveis de realização e mais simples a partir do momento em que a equipe escolar desafia a todos para a participação e para construção de consensos, decorrentes do planejamento. Esta questão pode ser pautada, discutida e pensada coletivamente, pois proporcionar os momentos para reflexão das ações e planejar as mudanças necessárias é responsabilidade de um grupo que almeja uma educação de qualidade social. Assim, define também normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades do grupo e, conforme os princípios estabelecidos pelo

artigo 14 da Lei 9.394/96, isto é: I. participação dos profissionais de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes.

A Lei de Gestão Democrática do Estado Rio Grande do Sul⁴ cria condições e prima por uma escola de todos, em que cada um pode sentir-se partícipe. Como destacado, ela orienta que a gestão da escola prime por democracia e participação, que é instigada pela equipe gestora da escola. A partir de suas ações, encaminhamentos e postura a possibilidade de participação do coletivo pode ser efetivada com mais envolvimento de todos da escola. A legislação prevê que as escolas considerem seus sujeitos, suas especificidades, trabalhem respeitando e elaborando projetos adequados às possibilidades e necessidades apresentadas em cada contexto escolar. Obviamente isso não acontece fortuitamente: é fruto de participação, planejamento e construções do coletivo.

A participação dos professores, especialistas, alunos, funcionários, comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico da escola e o congraçamento funcionam como balizamento da dimensão utópica da gestão democrática no âmbito das instituições públicas escolares. Nessa perspectiva, as decisões centralizadas no diretor cedem lugar a um processo de fortalecimento da função social da escola por meio de um trabalho coletivo entre todos os segmentos da escola e destes com a comunidade. Entre as prioridades propostas no Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014 – não há nenhuma referência explícita relativo à gestão, contudo considera-se pertinente fazer essa referência uma vez que, nas discussões das conferências municipais, estaduais e, inclusive na nacional, a questão da gestão sempre foi mencionada, especialmente no que se refere à eleição de diretores. Sabe-se que inúmeros municípios ainda mantêm a indicação dos gestores. Importante lembrar que nas escolas de educação infantil esse processo é ainda mais desrespeitado, pois não há, por vezes nem professores e sim monitoras para o atendimento das crianças. Assim, a qualidade do processo, que pretende assegurar as condições necessárias para uma gestão democrática da educação, sequer é organizada e respeitada conforme determinam as dire-

⁴ Lei Nº 10.576, de 14 de novembro de 1995 (atualizada até a Lei n.º 13.990, de 15 de maio de 2012). Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino no Estado do Rio Grande do Sul.

trizes para educação infantil. Destaca-se, portanto, a gestão democrática como dimensão a ser fortalecida mediante a participação da comunidade escolar no planejamento visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento do ensino de qualidade social.

A participação de diferentes segmentos corrobora para que a gestão democrática e a participação efetivem-se na escola, e um dos aspectos indispensáveis para tal é a elaboração coletiva do projeto político pedagógico que, além de ser um documento é instrumento da participação e de identidade da escola. O projeto é fruto do pensamento, de discussões e planos do grupo que se envolve com a escola, ou seja, considera cada sujeito, dos mais variados segmentos que compõem a escola e coletivamente sonham, planejam e delimitam o que pretendem. Nesse sentido o projeto tem a possibilidade de reunir os sujeitos para juntos estabelecer ações e realizar o sonho, pois segundo Gadotti (2011, p. 19), “se o sonho puder ser sonhado por muitos deixará de ser um sonho e se tornará realidade”. Para tanto é necessário planejamento e ação coletiva.

O planejamento é o segundo ponto que se destaca na observação escolar, pois envolve pensamento, reflexão, escolha e se relaciona com as ações, com as visões e concepções políticas de cada sujeito, afinal “não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de decisão” (FREIRE, 2001, p. 115). Estas definições e decisões implicam tanto o que se faz, quanto o que se quer; assim, se todos os segmentos da escola puderem afinar suas expectativas e juntos traçarem planos para alcançarem o almejado melhor será a participação, a cidadania, o desenvolvimento e a qualidade da educação. Isto é possível se a escola construir uma dinâmica efetiva de diálogo, pois conforme Freire,

o diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (1980, p. 82-83).

O diálogo é um processo que necessita ser aprendido. Trocar ideias pressupõe humildade e reconhecimento de que os outros também podem ter pretextos e contribuições. Na constituição de grupos a organização coletiva das ideias e das diferentes concepções exige posturas de profundo respeito ao pensamento dos que convivem no espaço instituído. Para Freire (1980), o diálogo é um instrumento para libertação e deve ser desenvolvido com amor em sua essência. “O diálogo não pode existir sem um profundo amor pelo mundo e pelos homens. [...] O amor é ao mesmo tempo o fundamento do diálogo e o próprio diálogo” (p. 83). Nesse sentido, o diálogo entre as pessoas é tão necessário e importante quanto o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento. Arroyo (2003), afirma que todo projeto pedagógico de escola

provoca embates, resistências, divide grupos ou aproxima. Os embates tocam em nossas áreas, em nossos terrenos e quintais. Se o projeto é do coletivo da escola, fica ultrapassado falar em minha turma, minha disciplina, meus conteúdos, meus aprovados e reprovados; nossas tranqüilidades ou inseguranças ficam expostas (2003, p. 173).

Na convivência da escola lidar com os embates e as incertezas requer reconhecimento da relevância de todas as áreas e tarefas. Ninguém é desnecessário no processo e é preciso entender a importância que as tarefas têm, levando-as a cabo com respeito ao executá-las, com lealdade ao sonho que elas encarnam (FREIRE, 2000).

O projeto político-pedagógico implicado no planejamento participativo reconhece os sujeitos que fazem parte do contexto escolar, uma vez que a escola é permeada pela diversidade. Estes sujeitos diversos têm pensamentos, costumes, culturas diferentes que se encontram na escola e ao serem consideradas no pensar metas a serem atingidas por um grupo carregam probabilidades de concretude. Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p.470) “o planejamento consiste em ações e procedimentos para a tomada de decisões a respeito de objetivos e atividades a serem realizadas em razão desses objetivos”. Nesse sentido, é fundamental cada qual sentir-se parte da escola, integrante do projeto, sugerindo, contribuindo tanto na elaboração quanto na sua efetivação.

O projeto político-pedagógico tem uma função social importante ao redefinir as relações sociais no interior da escola, possibilitando a abertura de espaço para práticas democráticas. Esta função baseia-se na intervenção da gestão da escola, na mobilização de integração social (função política); na intervenção sobre a coerência, a racionalidade e a finalização do sistema (mediação do projeto) (BARBIER, 1996). O projeto político-pedagógico assim entendido é um instrumento formativo e auxilia a desenvolver formas de diálogo que constituem a ação coletiva, porque não se constrói projetos democráticos por decretos ou intervenções externas à escola. O projeto é gestado com o grupo de professores, alunos, pais, funcionários, representantes da comunidade no âmbito da prática pedagógica, demonstrando suas escolhas, suas metas e pensamentos, enfim, sua identidade e seus sonhos.

Ao planejar o grupo faz opções e é possível considerar tanto os sujeitos, suas expectativas, a realidade e os sonhos quanto o que a escola enquanto espaço de formação e intervenção na sociedade almeja. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012), a escola é espaço de compartilhamento de significados, ideias, conhecimentos entre os sujeitos, que influenciam tanto quanto são influenciados pelo contexto escolar. Assim, é imprescindível a organização de um currículo ancorado na perspectiva teórico-metodológica de outras pedagogias, pois “outros sujeitos” na escola requerem outras formas de definição de conteúdos, objetivos, avaliação. Segundo Arroyo (2012), na escola atualmente há um encontro de “outros sujeitos”, sujeitos de diferentes classes sociais, culturas, etnias, indígenas, camponeses, militantes, sem-terra, os quais precisam ser levados em consideração, uma vez que “os outros sujeitos pressionam as concepções pedagógicas a repensar-se nos processos de sua produção teórica, epistemológica” (p. 11).

Nessa perspectiva o conhecimento é compreendido como uma construção social, contextualizada e histórica, constituída a partir do diálogo. Um diálogo entre as áreas do saber, numa dimensão interdisciplinar que parte dos saberes que os alunos das classes populares já construíram no contexto da sua vivência. Dessa forma, o currículo centra sua compreensão no aluno como sujeito social, que traz experiências de vida e conhecimentos acumulados em sua trajetória. É

um sujeito cujas dimensões cognitivas, físicas, emocionais, econômicas, políticas, sociais, culturais, éticas e religiosas interagem no processo de construção do conhecimento, portanto, um sujeito capaz de elaborar, de forma autônoma, o seu tempo de aprendizagem escolar.

O projeto político-pedagógico e o currículo escolar, contudo, são frutos do planejamento e corroboram para efetivar as práticas que são pensadas no grupo e relacionam-se com cada sujeito, pois escola, pensamento, ação relacionam-se diretamente com os humanos que fazem parte da escola. Considerando a gestão democrática, a escola formada pelos diferentes sujeitos, o planejamento participativo, o projeto político-pedagógico construído no coletivo há maiores possibilidade de propiciar a efetivação da cidadania, bem como a valorização do sujeito como um indivíduo que pensa, age, tem sentimentos e interfere no meio em que está inserido. Desse modo no próximo tópico trata-se da necessidade de reconhecer os saberes e elementos culturais, presentes num currículo escolar.

Como terceiro ponto dessa reflexão destaca-se a questão do currículo da escola. Há inúmeras conceituações para o currículo, no entanto, segundo Marques (1993, p. 14), o currículo “deve constituir-se num processo de tematização da vida,” pois é a expressão das escolhas, seleções, decisões. Concretiza a concepção do grupo. Daí a importância de captar a vida real dos alunos, suas relações para com o mundo do trabalho e também para com o mundo da vida. Vincula-se fortemente à ideia de cultura, pois não há neutralidade nas abordagens de conhecimentos e as práticas humanas estão sempre atreladas a interesses. Destaca Hall (1997), que se vive em um tempo caracterizado por uma verdadeira revolução cultural, propiciada pelas forças que assumem no cotidiano da sociedade contemporânea as distintas formas de comunicação e informação.

A mudança histórica que se experimenta não pode ser entendida, hoje, sem que se considere a centralidade da cultura, dos múltiplos processos de atribuição de sentido às práticas sociais, no âmbito do amplo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Lutas de poder, em nosso tempo, tornam-se, crescentemente, lutas em que predomina o simbólico, o discursivo (HALL, 1997, p. 20).

A escola, o planejamento, o projeto político-pedagógico, as ações que acontecem nesse espaço estão relacionadas com a vida, com a sociedade, com sujeitos imersos numa cultura, num meio social, num contexto, guiados por escolhas, pensamentos e relações que têm com a sociedade. Nesse sentido a educação popular, a gestão escolar participativa, ocupa-se em pensar estratégias para que a escola prime pela vida e enfatize o respeito para com o ser humano, optando por aprendizagens que condizem e de fato, implicam na vida, na sociedade. Para Arroyo (2012, p.252), “o direito de aprender pressupõe o direito de viver. O direito ao conhecimento para a cidadania pressupõe o direito primeiro a viver como gente. A ser humanos”.

Nesse sentido, pensar a escola remete à vida, aos objetivos e metas planejadas e expressas no projeto político-pedagógico, que vão tomando forma e efetivando-se. Isto conduz a pensar: como a escola, o projeto político-pedagógico têm considerado os sujeitos? Têm considerado e possibilitado a participação? De que forma a gestão escolar implica nos planos e ações? Decorrente destas questões observou-se nas escolas e analisou-se pelas práticas que foram acompanhadas a possibilidade da participação de todos. É possível a escola ser espaço de pessoas que convivem, compartilham e aprendem juntos, que pensam, elaboram, criam e recriam, pensando no contexto, na sociedade. Obviamente que não acontece ao acaso, mas é fruto de trabalho, de participação e envolvimento, de uma gestão democrática, participativa.

Assim, percebe-se que, mesmo que cada escola seja reconhecida pela sua forma específica de definir seu currículo – propondo, selecionando, privilegiando, excluindo, silenciando conteúdos e posturas, tanto dos professores e alunos quanto de possíveis interesses das comunidades nas quais as escolas se localizam – a, concretização da proposta da escola depende em grande medida da sua equipe de gestão. Para Lück (2014, p.25), “gestão escolar é responsável pela efetividade do trabalho dos professores e pela qualidade do ambiente escolar, cabe aos seus gestores responsabilidade pelos resultados que estes promovam.” Decorrente da mobilização da equipe gestora podem ser estabelecidas as parcerias, espaços de participação e busca por ideais comuns democráticos ou podem ser reforçadas práticas autoritárias e impositivas.

Como já exposto, as três escolas contam com gestões que primam efetivamente pela participação, assim, a partir das falas das pessoas da comunidade são selecionados conceitos básicos, temáticas da vida da comunidade, por exemplo: valorização e confiança, ética e vida, convivência social e, então, a partir desses temas são estabelecidos os conhecimentos (conteúdos específicos do componente curricular). Na sequência se estabelece as competências e habilidades para assim concretizar a proposta político-pedagógica. Essas ações são possíveis, pois os professores realizam seminários sistemáticos de modo a organizar um trabalho interdisciplinar, e segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 489), dessa forma “compreende-se o currículo como um modo de seleção da cultura produzida pela sociedade, para a formação dos alunos; é tudo o que espera que seja aprendido e ensinado na escola.”

A educação, na perspectiva dialógica, acredita nas possibilidades de superação das situações desumanizantes onde sujeitos, culturas, cotidianos e condicionantes macrossociais vão se produzindo. A pedagogia da educação popular deixa claro que o aprofundamento e a recriação da concepção de educação popular e a qualificação das práticas exigem dos educadores populares a tarefa de pensar esta proposta político-pedagógica em diferentes espaços e tempos. [...] A intervenção educativa é histórica, política e cultural, daí o fato de as experiências não poderem ser transplantadas. É a leitura séria e crítica da realidade que indica os percursos pedagógicos a serem construídos a partir da opção política e ética. Paulo Freire (2006), defendia a educação como prática da liberdade. A noção de liberdade na pedagogia de Freire tinha uma posição de relevo. Segundo ele, “essa noção: é matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educados” (FREIRE, 2006, p. 13).

A educação, segundo Martí (2001), precisa ir para onde vai a vida. Parece simples, no entanto, na convivência de um grupo encontram-se as diversidades que requerem muito saber pedagógico para serem mobilizações comuns. “É insensato que a educação ocupe o único tempo de preparação que tem o homem em não prepará-lo. A educação precisa dar os meios de resolver os problemas que a vida venha a apresentar” (MARTÍ, 2001, p. 308). E sabe-se que ao com-

partilhar diferenças e diferentes saberes a probabilidade de surgirem problemas a resolver é inevitável. Dai a relevância de investir em práticas de participação nos momentos do planejamento, ou seja, na elaboração, execução e avaliação de todo processo de ensino da escola.

A educação que almeja ensino de qualidade social luta pela vida, pela participação, pela consciência cidadã, construída a partir de uma gestão democrática e de práticas de participação que considerem os sujeitos na sua condição humana e dialógica com o mundo. Martí (2001) observa que a educação popular é um importante espaço para formação. Assim, segundo Streck (2016, p. 7), “na educação popular encontram-se, lado a lado, a negociação de posições e de ideias porque as pessoas envolvidas estão imersas em relações de poder[...]” portanto, comprometer-se e compartilhar as ideias e as práticas num processo coletivo é assumir a construção de um processo que demanda a realização dos que nela estão implicados. É um desafio coletivo!

Participação e Sala de Aula: Processo de Construção do Grupo

A sala de aula é o espaço marcado pela convivência entre os professores e os alunos. Grande parte do tempo da escola é destinado para a construção de saberes, sendo então relevante se for privilegiado para as aprendizagens, pois é o lugar em que as práticas pedagógicas acontecem de maneira mais específica. Além das práticas, a troca de ideias é mais intensa e frequente. Nesse sentido, a sala de aula ao ser organizada de diferentes modos possibilita interações diversificadas, em que os sujeitos se correlacionam e juntos podem avançar nas questões cognitivas, sociais e afetivas. Para isso é necessário pensar, planejar, com atenção e cuidado, este espaço.

É no espaço da sala de aula que as concepções do grupo ocorrem. E, neste contexto pode ser transformadora, inovadora, como pode ser padronizadora, cas-tradora de ideias, conforme as decisões e o planejamento, tanto coletivo quanto individual, isto porque não é um “espaço isolado”, mas que sofre influência de um contexto. O planejamento do professor, a maneira como organiza a sala

de aula, estão intrinsecamente atrelados ao coletivo e à forma como a gestão escolar direciona a escola, pois a partir da liberdade e da mobilização que tem, o docente pode planejar e tornar suas aulas mais significativas.

O professor exerce papel primordial, pois normalmente é ele quem está vinculado ao aluno na maior parte do tempo. Além disso, sua aula tende a interferir mais pontualmente nas atribuições e construções de significados de cada um. Ademais, a partir da sua leitura de mundo, da sua postura, *reflexão-ação-reflexão*, suas práticas se constituem. De acordo com Freire (2001, p. 127)

a professora democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto de vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para modificação da realidade, a maneira consciente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa ser autenticamente vivido.

Daí a importância de o professor assumir-se como gestor da sala de aula, e fazê-lo democraticamente, planejando, propondo práticas inovadoras, que levem em consideração os alunos e o tempo-espço que se constituem na sala de aula. Este é um espaço rico em construção de conhecimentos, atribuições de sentidos, em que se pode criar, recriar, discutir, pensar no exercício da cidadania, refletir sobre os direitos e assumir deveres, é lugar primordial para que as transformações aconteçam.

Durante a pesquisa observou-se a interferência intensa que a organização e a estrutura da escola têm sobre as atividades realizadas na sala de aula. Aliás, evidencia-se que um projeto elaborado de maneira coletiva muda a intervenção do professor. Por várias vezes perceberam-se exemplos que os professores citavam, em virtude do planejamento realizado, pelo coletivo. As abordagens de temáticas específicas vinham marcadas pelo que haviam decidido no grupo, principalmente no sentido de contemplar os saberes que os alunos apresentavam em relação ao conteúdo. Nesse aspecto,

aprendermos os conhecimentos e significados da cultura, dos sentimentos, símbolos, rituais, linguagens, espaços e tempos, com os registros e modos de pensar, com formas diversas de relações interpessoais e sociais, com lógicas, leis, com o permanente e o diverso. Todas essas dimensões são conteúdos legítimos do direito à educação (ARROYO, 2003, p. 138).

A escola assim pensada, portanto, tem as possibilidades de construir os processos de democratização e garantir a educação de qualidade social tão almejada e, ao mesmo tempo, tão necessária no contexto atual. Urge complementar que não se trata de uma jornada fácil, no entanto, o que encoraja é comprovar que é possível. E mais, quando o grupo assim se determina, na condição de corresponsáveis, há mais entusiasmo, mais vigor, mais pujança.

Considerações Finais

A educação em qualquer espaço é desafio e, mais ainda, para quem efetivamente deseja que ela atenda as necessidades e interesses dos menos favorecidos na sociedade em que vivemos. Isto porque a falta de condições financeiras e de recursos favoráveis para o desenvolvimento das atividades é um problema a mais a ser superado. Assim, a escola ao organizar-se de forma coletiva, com a participação efetiva de todos vislumbra situações que favorecem a sua constituição. Uma constituição que supera a mera instituição escolar, pois os sujeitos que estão na escola são instituintes do processo que através de uma proposta descrita e vivenciada através do projeto político pedagógico se democratizam e ao serem autônomos são capazes de mudar, direcionar e construir sua caminhada.

A escola é um espaço de diversidade, de múltiplos saberes, de convivências. Dentro deste espaço pode-se experimentar vivências que contribuem para a formação humana e democrática a fim de exercer o papel de cidadãos. Acredita-se de que os sujeitos são sociais quando efetivam ações coletivas. Além de possuírem atribuições específicas, todos fazem parte de um grupo que pensa, interage e que direta ou indiretamente repercute na comunidade. A gestão participativa possibilita a construção de um ambiente coletivo, democrático, participativo, em que é possível propor mudanças, melhorias, pensar no bem comum.

Uma das formas de organização deste coletivo é definir um projeto político-pedagógico que possibilite a participação de pais, alunos, professores, funcionários, equipe diretiva, todos que integram a comunidade escolar, planejando as ações e o currículo a se efetivar. Constatou-se no estudo realizado que, nas escolas em que há efetiva participação, ou uma participação disciplinada, sistemática, os avanços no sentido de construir a autonomia pessoal e a democracia coletiva são possíveis e visíveis. No planejamento participativo realizado por ocasião de reuniões, comemorações, integrações, desafios, enquetes, visitas, verificou-se que os segmentos se sentem responsáveis, comprometidos, implicados com o espaço coletivo do qual fazem parte e têm papéis para assumir. Comprometer-se exige atitudes diferenciadas que se percebe nas vinculações que aos poucos vêm sendo processadas em relação à convivência e ao próprio trabalho didático-pedagógico, ou seja, há uma nítida percepção de que todos estão implicados.

A proposta político-pedagógica coletiva é uma forma de a escola se expor, se identificar, se dizer e experimentar situações de desatrelamento às prescrições feitas e dadas como definitivas. Entende-se que, quando um grupo compreende que educação é processo, são possíveis muitos avanços, pois se instaura a busca, a paciência e a possibilidade. Não é mais necessário todos responderem da mesma maneira e na mesma medida. Há respeito ao diferente, pois o diálogo favorece o entendimento das dificuldades que precisam ser superadas, mas principalmente permite compreender que é possível ter ritmos e tempos singulares.

A escola, portanto, como espaço de diferentes sujeitos que podem construir a diferença, é um lugar que marca para sempre. Dessa forma, é necessário oportunizar, desafiar, convidar todos a participar, democratizar a escola. A equipe diretiva, neste aspecto, tem papel fundamental, pois mobilizando, incentivando e responsabilizando todos pela construção do grupo, da aprendizagem, imprime um ensino de qualidade social que instiga ao exercício da cidadania, viabilizando a construção de uma percepção abrangente e articulada da realidade.

Referências

- ARROYO, Miguel G. *Ofício do mestre*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRANDAO, C. R. *A educação popular na escola cidadã*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRASAO, Heber Junio Pereira. Gramsci, Fiori e Freire – educação popular para a liberdade. *Cadernos da Fucamp*, v. 11, n. 15, p. 102-113, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação – Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica. *Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010* – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- _____. *Marco de referência da educação popular para as políticas públicas*. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/MarcodeReferencia.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2017.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromisso*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- HALL, S. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- LÜCK, Heloísa (Org.). *A escola participativa: o trabalho do gestor*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.
- _____. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev. 2000b.
- _____. *A gestão participativa da escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- _____. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LÜCK, Heloísa (Org.). *Gestão do processo de aprendizagem pelo professor*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LUFT, Hedi Maria; CUNEGATTI, Claudia Maria Seger (Org.). *Vamos construir uma escola? Ideias para atuar na sala de aula*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

MARQUES, Mario Osorio. *Conhecimento e modernidade em reconstrução*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1993.

MARTI, J. *La Habana: obras completas*. La Habana: Centro de Estudios Martianos; Karisma Digital, 2001. (Edição Eletrônica).

PARO, Vitor Henrique. *Gestão escolar, democracia e qualidade de ensino*. São Paulo: Ática, 2007.

PUIG, Josep (Org.). *Democracia e participação escolar: propostas de atividades*. São Paulo: Moderna, 2000.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

STRECK, Danilo R.. *José Martí e a educação popular: um retorno às fontes*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000100002>. Acesso em: 12 dez. 2016.

REVISTA Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, p. 272-284, ago. 2006.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. *A democracia no cotidiano da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativos*. São Paulo, SP: Libertat, 1995.

Recebido em: 25/1/2017

Aceito em: 5/4/2017